

A Agência do Banco do Brasil junto à Força Expedicionária Brasileira (AGEFEB) no Teatro de Operações da Itália (1944-1945)

Claudio Luiz de Oliveira*

Introdução

O presente artigo apresenta a participação do Banco do Brasil Sociedade Anônima (BB), uma instituição financeira de economia mista, que operou no Teatro de Guerra da Europa, como integrante da FEB, durante a Segunda Grande Guerra Mundial. O recorte temporal dessa atuação tem início em 1943, com a sua mobilização, atuação em campanha e desmobilização a partir de julho de 1945.

O governo brasileiro enviou ao Velho Continente uma força militar com mais de 25.000 homens e mulheres, e esse envio incluiu a Agência do Banco do Brasil junto à FEB (AGEFEB), única instituição congênere a atuar no Teatro de Operações da Itália. Esta pesquisa busca apresentar a história desses homens e descortinar o trabalho por eles realizado, quase desconhecido da Força Terrestre e ignorado pela Nação Brasileira. A pesquisa detalha a criação, constituição, articulação e o *modus operandi* dessa instituição bancária.

Para isso, inicialmente, o artigo contextualiza o cenário mundial com o torpedeamento dos navios mercantes brasileiros e a declaração de beligerância ao eixo Roma-Berlim-Tóquio. Na sequência, apresenta a criação, mobilização e constituição dos elementos da FEB, com destaque para a AGEFEB, em sua articulação na Península Itálica, suas principais atribuições, sua interação com os órgãos financeiros do escalão superior e as unidades administrativas subordinadas. Insere, ao final, as histórias

relatadas pelos *homens do Banco do Brasil* no TO desde a partida até o regresso ao território brasileiro.

A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica, realizada a partir da coleta dos dados extraídos de fontes primárias disponibilizadas pelo Arquivo Histórico do Exército (AHEx) e pelo Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), ambos localizados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. São raros os jornais, revistas, livros e pesquisas que tratam do assunto, o que justifica sua relevância no resgate da história da Agência do Banco do Brasil junto à Força Expedicionária Brasileira, realizando muito mais do que suas tarefas como instituição financeira no TO italiano.

Hoje vou falar sobre uma unidade da FEB que é uma unidade toda especial: tem 22 oficiais, 1 cabo e nenhum soldado raso. Todos esses homens andam desarmados e nenhum aparece na linha de frente. Apesar disso, é possível dizer que eles estão fazendo a guerra, porque os trabalhos que eles fazem são trabalhos úteis e mesmo necessários para todos os homens da Força Expedicionária Brasileira. Estou me referindo aos homens do Banco do Brasil. (BRAGA, 1945, p. 8)

Antecedentes da Guerra

Na madrugada de 1º de setembro de 1939, a *Wehrmacht* (Exército Alemão) cruzou a fronteira polonesa, iniciando o maior conflito bélico da idade contemporânea. O emprego da *blitzkrieg* (guerra relâmpago) foi

* Cel Cav R/1 (AMAN/1979; EsAO/1985; ECEME/1996). Pós-graduado em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército – ECEME/2005. Especialista em História Militar Brasileira pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL/2014) e pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/2017). Licenciado em História pela Universidade Estácio de Sá (UNESA/2021). Historiador Militar da Seção de Pesquisas Históricas do CEPHiMEx e Associado Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e Membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHMTB).

fundamental para que as forças germânicas, rapidamente, conquistassem Varsóvia no dia 28 do mesmo mês.

A ação seguinte de Hitler foi levar a guerra para a Europa Ocidental e, conseqüentemente, ao oceano Atlântico. Dominá-lo significava controlar boa parte do abastecimento do continente europeu e era, portanto, essencial para enfraquecer o seu inimigo.

Empregando sobretudo os *U-boats* (submarinos), a *Kriegsmarine* e *Regia Marina* (marinha germânica e italiana) atacaram comboios aliados vindos dos Estados Unidos e do Atlântico Sul, que tinham como destino, especialmente, o Reino Unido.

Os Estados Unidos da América (EUA) entraram no conflito após o ataque nipônico ao Havaí, em 7 de dezembro de 1941. No ano seguinte, no Brasil, foi realizada a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, no período de 15 a 28 de janeiro, cujo principal objetivo era aprovar, por unanimidade, uma resolução sobre o rompimento imediato de relações diplomáticas e comerciais dos países americanos com os países do Eixo.

Argentina e Chile, entretanto, recusaram-se a sancionar tal medida, fato que levou a permissão de apenas uma recomendação sobre o referido rompimento. Os países latino-americanos se comprometeram, entre outras atitudes, a fornecer matérias-primas estratégicas para a indústria bélica estadunidense.

A ruptura das relações diplomáticas com os países do Eixo, em 1942, acarretou o torpedeamento de 19 navios mercantes brasileiros, ao longo de quase oito meses, o que levou o governo a declarar guerra à Alemanha e Itália em 31 de agosto.

A Força Expedicionária Brasileira

A FEB foi criada pela Portaria Ministerial nº 4.744, de 9 de agosto de 1943, e o comando da tropa foi entregue ao general de divisão João Baptista Mascarenhas de Moraes. A formação de uma força expedicionária correspondia a um duplo projeto político do então presidente dos Estados Unidos do Brasil, Getúlio Dornelles Vargas: fortalecer as Forças Armadas internamente e aos olhos dos vizinhos sul-americanos e, ainda, assegurar uma posição de relevância para o Brasil no concerto das nações, como aliado dos EUA.

Segundo Branco (1960, p. 127), o planejamento inicial consistia em uma força organizada a três Divisões de Infantaria Expedicionária (DIE), elementos de Corpo de Exército e parte dos Serviços Gerais. A 1ª DIE receberia os reservistas dos estados do RJ, SP e MG; a 2ª DIE aglutinaria os do PR, SC, RS, GO e MT; e, por final, a 3ª DIE composta pelos estados do Nordeste brasileiro. A concentração seria realizada nas cidades de Resende/RJ, Sorocaba/SP e Recife/PE, respectivamente.

Entretanto a realidade brasileira da época só permitiu a constituição de uma divisão, a 1ª DIE, que foi organizada com elementos de combate, apoio ao combate e logísticos. Os Órgãos Não Divisionários (OND) se constituíram no elemento de apoio administrativo da FEB.

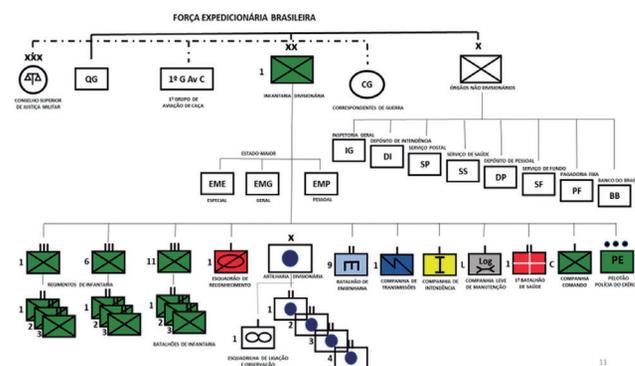


Figura 1 – Arquitetura organizacional da FEB

Fonte: Elaborada pelo autor baseado em **A FEB pelo seu comandante**. Rio de Janeiro, 2. ed., p. 6-8, jul/1960

A 1ª DIE foi comandada pelo general de brigada Euclides Zenóbio da Costa e foi organizada a três regimentos de infantaria, um esquadrão de reconhecimento mecanizado, uma artilharia divisionária, um batalhão de engenharia, uma companhia de transmissões, uma companhia de intendência, uma companhia leve de manutenção, um batalhão de saúde, uma companhia de comando e um pelotão de polícia de exercício. A artilharia divisionária foi comandada pelo general de brigada Osvaldo Cordeiro de Farias.

Os OND reuniam todos os elementos civis e as organizações militares não subordinadas à 1ª DIE, e foram comandados pelo general de brigada Olímpio Falconière da Cunha, a quem cabia supervisionar a Inspetoria Geral, Depósito de Intendência, Serviço Postal, Serviço de Saúde, Depósito de Pessoal, Serviço de Fundos, Pagadoria Fixa e a AGEFEB.

Agência do Banco do Brasil Junto à FEB

A AGEFEB foi criada com a missão de suprir a tropa expedicionária com recursos para o pagamento de pessoal, fornecimentos e indenizações; efetuar depósitos para guarda de dinheiro em contas-correntes; efetuar transferências para o Brasil; suprir de fundos a Pagadoria Fixa; realizar o recolhimento e conversão de cruzeiros em lira militar, cédula de circulação legal na Itália recém-ocupada pelos Aliados, por ocasião da chegada de nossos homens àquele país; e reconverter, por ocasião do retorno ao Brasil, as liras citadas em cruzeiros.

A coordenação dos trabalhos de criação e supervisão da nova agência coube a Francisco Alves dos Santos Filho¹, diretor da Carteira de Câmbio do BB. Os *homens do Banco do Brasil* que se voluntariavam para essa tarefa eram direcionados ao então Ministério da Guerra para realização de exames médicos, medidas administrativas e treinamentos específicos, imprescindíveis à sua incorporação à Força Terrestre.

Houve necessidade de se alterar as normas consuetudinárias da instituição financeira, adaptando-as às condições em que iam operar no exterior. Foram criados novos formulários, mais simplificados e mais

ajustados às características de uma agência que funcionaria em um teatro de operações (TO). Em sua arquitetura organizacional, foi adicionado o cargo de adjunto, elemento responsável pela ligação entre as autoridades financeiras estrangeiras, as autoridades militares e diplomáticas brasileiras.

A agência foi constituída por 29 funcionários, sendo atribuídos postos e graduações militares em função de seus respectivos cargos na instituição bancária. Dessa forma, foram comissionados 28 oficiais e 1 praça. A agência se movimentou do Rio de Janeiro para a região de operações constituída por 1 destacamento precursor (Dst Prec) e 4 escalões (Esc), acompanhando a FEB.

Ficou determinado que uma equipe de três funcionários graduados seguiria por via aérea, com destino à Argélia. Compunha-se de elementos da administração da AGEFEB: o gerente, com o posto de coronel; o contador e um adjunto, ambos com posto de tenente-coronel. Os remanescentes dos integrantes da AGEFEB – 11 oficiais – sob a chefia de um adjunto da administração, iria por mar, juntamente com a tropa embarcada, integrando o 1º Escalão Divisionário. Argélia era, inicialmente, o destino declarado da Força Expedicionária Brasileira. (HARGREAVES, 1983, p. 210)

FUNCIONÁRIOS		P/G	POSTOS E GRADUAÇÃO	Esc
Gerente	1	coronel	Gastão Luiz Detsi	Prec
Contador	1	tenente-coronel	Pedro Paulo Sampaio de Lacerda	
Adjunto	2		Charles Pullen Hargreaves	
Chefe de Tesouraria	1	major	Armando Moraes Ferreira	1º
Chefe de Serviço	2		Eduardo Dreux Júnior	2º
Subchefe de Serviço	4	capitão	Nélson Bueno Caracas	1º
			Leo Daltro Santos	2º
			Romeu José dos Santos	3º
Caixa	2		Carlos Marques Oliveira	2º
			Renato Arêas Soares	3º
Escriturário	15	1º tenente	Henrique Chevalier	3º
			Raymundo Mendes da Fonseca	4º
			Telmo Ramos Ribeiro	4º
			Alexandre Vitor Formiga Fontenele	1º
			Carlos Augusto Castro e Silva de Vincenzi	
			Dirceu da Silva Batista	
			James Swan Júnior	2º
			Pedro Borges Leitão Filho	
			Carlos Alberto Moreaux	3º
			Yvo Jacques Gros	
			Fernando Coelho Messeder	
			Luiz Toledo Sanches de Almeida	4º
			Newton Soares Modesto de Almeida	
			Pedro Berwanger	4º
			Ernesto Serrano Vereza	
João Benito Ramos de Moraes				
Luiz Leivas Otero	2º			
Pedro Borges Leitão Filho				
Contínuo	1	cabo	João José da Silva	

Quadro 1 – Funcionários da AGEFEB

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em **O BB na Guerra**. Revista do DESED, jan/fev 1969, p. 20-26

A travessia do Atlântico

No dia 1º de julho de 1944, os primeiros integrantes da AGEFEB deixaram o edifício do BB, atual sede do Centro Cultural do Banco Brasil, à rua Primeiro de Março, 66, no centro do Rio de Janeiro, e se dirigiram à Praça XV de Novembro, de onde foram para o cais do porto. O Dst Prec partiu, no mesmo dia, por via aérea, para a Argélia, enquanto o 1º Esc se deslocaria em 2 de julho, a bordo do navio norte-americano General Mann, também para a Argélia. Todos envergavam o distintivo da força expedicionária.²



Figura 2 – Distintivo da FEB no momento do embarque
Fonte: Centro Cultural Casa da FEB. Disponível em: <<http://www.portalfeb.com.br/>> Acesso em: 13 maio 2020

Em Argel, o BB, por meio dos bancos ingleses e norte-americanos, disponibilizou US\$ 1.000.000,00 para a AGEFEB, com a finalidade do pagamento da tropa. Na capital argelina, o Dst Prec tomou conhecimento de que a FEB não operaria mais no norte da África, como havia sido planejado. Nápoles seria o destino da tropa brasileira.

... da partida do Rio e chegada a Gibraltar, os americanos invadiram a Itália e já tinham se transferido para a península italiana. Então, todos os planos foram alterados e nós nos dirigimos então para Nápoles. (FERREIRA – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 4)

Enquanto isso, os outros integrantes do BB atravessariam o oceano Atlântico com os demais escalões em direção ao continente italiano, também por via marítima nos dias 20 de setembro e 23 de novembro do mesmo ano, e o último em 11 de março de 1945. Os

pracinhas somente tomaram conhecimento do seu destino quando já estavam em mar aberto.

Chegando a Nápoles, ainda a bordo, a primeira providência dos integrantes da AGEFEB foi recolher todo o dinheiro em poder dos militares.

A chegada de cada um dos escalões, desde o início, desde o primeiro momento, até qualquer pessoa que chegasse lá, era obrigada a entregar a moeda estrangeira de curso internacional e ser trocada e entregue a ele a então moeda, a Lira de Ocupação. Isto era para todo mundo, qualquer nacionalidade, não era só brasileiro. (HARGREAVES – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 5)

A *Allied Military Lira* (Lira de Ocupação ou Militar)³ foi criada com o objetivo de controlar a circulação de dinheiro na Itália. Essas cédulas deveriam circular apenas no ambiente militar, todavia, em função da falta de dinheiro no território italiano, acabaram se tornando a moeda circulante de curso legal no país.

Havia a necessidade de trocar o dinheiro pelas AM Lire, que eram as cédulas que não interessavam aos alemães, já que sua troca para dinheiro de circulação internacional deveria ser feita somente com o exército aliado. (FERREIRA – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 5)



Figura 3 – Alguns exemplares da AM Lira
Fonte: Revista Numismática e Medalhística, 2184-28761, p. 74, 2018

A cédula trazia no verso⁴ a inscrição “*Allied Military Currency*”, “*Issue in Italy, “1 Lira (e demais valores)*, que quer dizer “Moeda Militar Aliada” e “Edição na Itália”; no reverso, as seguintes frases: *Freedom of Speech, Freedom of Religion, Freedom from Want e Freedom from Fear*”, ou seja, “Liberdade de Expressão, Liberdade de religião, Ausência de Miséria e Liberação do Medo”; e, no centro, a marca “*Allied Military Currency*”.

Articulação da AGEFEB no Teatro de Operações

A agência se instalou, inicialmente, no acampamento brasileiro em Bagnoli, subúrbio napolitano. Em apenas 15 dias, a agência se organizou de modo emergencial, efetuando o primeiro pagamento da tropa no exterior. A fim de se aproximar mais dos serviços financeiros aliados, ela se mudou para uma área central de Nápoles, em 2 de agosto (Revista do DESED, 1983).

A fim de complementar o adestramento da tropa, a FEB, em setembro, transferiu o seu estacionamento para a região de Civita Vecchia, em Tarquínia, distante 70km de Roma. Tal evento determinou o desdobramento da agência em dois escritórios: um Central, na capital romana, e um outro em Nápoles (Escritório Alfa), ponto terminal daqueles que chegavam ao continente italiano ou que partiam para o Brasil.

Em Roma estava centralizada a escrituração e arquivados os documentos da AGEFEB, de onde partiam frequentemente os balcões móveis, instalados nas carroceiras das viaturas 2 ½ toneladas, que percorriam toda a frente, onde estivesse um destacamento brasileiro.

O balcão móvel eram os funcionários que iam à frente de batalha, iam aos quartéis, aos comandos, com mesas, mesinhas portáteis, máquinas portáteis, máquinas de somar portáteis, tudo portátil, que nós tínhamos levado já daqui do Brasil. Então íamos lá porque era impossível a tropa toda vir à agência em Roma. Não era possível. (HARGREAVES – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 7)

Os dias passavam rapidamente e o número de pracinhas aumentava, à medida que os escalões desembarcavam na Península Itálica. O avanço, em 2 de dezembro, do 5º Exército americano, comandado

pelo general Mark Wayne Clark, ao qual a FEB estava subordinada, aumentou a distância do apoio logístico e administrativo.

O acréscimo ao efetivo da tropa e o afastamento horizontal das companhias, na frente de combate, entre os escritórios Central e Alfa, fizeram com que o sistema de balcões móveis entrasse em colapso.

A solução encontrada foi o desdobramento de um terceiro escritório (Bravo) na cidade de Pistoia, que permitisse o acompanhamento do Quartel-General (QG)/FEB, facilitando para a tropa a movimentação da conta-corrente e das transferências bancárias.

No início de maio de 1945, já nos estertores da guerra, o escritório Bravo se mudou para Gênova, ocupando as instalações da *Banca d'Italia y Rio de la Plata*. Terminado o conflito mundial no teatro de guerra da Europa, a tropa brasileira se concentrou na região de Francolise, a 40km de Nápoles, com a finalidade de iniciar a preparação para o retorno ao Brasil. A partir desse momento, o escritório Bravo fechou suas instalações e retraiu seu pessoal para Nápoles.

Na hora da partida, então, os elementos da FEB queriam trocar suas liras, liras de ocupação. Muito bem. Mas nós não dispúnhamos de moeda equivalente de curso internacional para atender a todos. Então procedeu-se à emissão de cheques e cada um, imediatamente, ao chegar ao Brasil, iria receber em qualquer cidade. E foi feito assim. (HARGREAVES – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 18)

Os balcões móveis percorreram, em um país devastado pela guerra, 230km entre o Escritório Central e o Alfa; 380km entre o Central e o Escritório Bravo, quando em Pistoia; e 530km quando esse foi relocado para Gênova (Revista da AAFBB, 1983).

Modus Operandi – “Serviço de Fundos – Pagadoria Fixa – AGEFEB”

O Decreto-Lei nº 6.463, de 2 de maio de 1944, criou o Serviço de Fundos e a Pagadoria Fixa. A AGEFEB, criada pela Portaria Ministerial nº 6.499, de 23 de maio de 1944, tinha o encargo de suprir a FEB, no exterior, com os recursos financeiros necessários à sua missão.

Ela interagiu diretamente com o *Allied Military Financial Agency*, responsável pelo controle da circulação de moeda corrente na Itália ocupada.

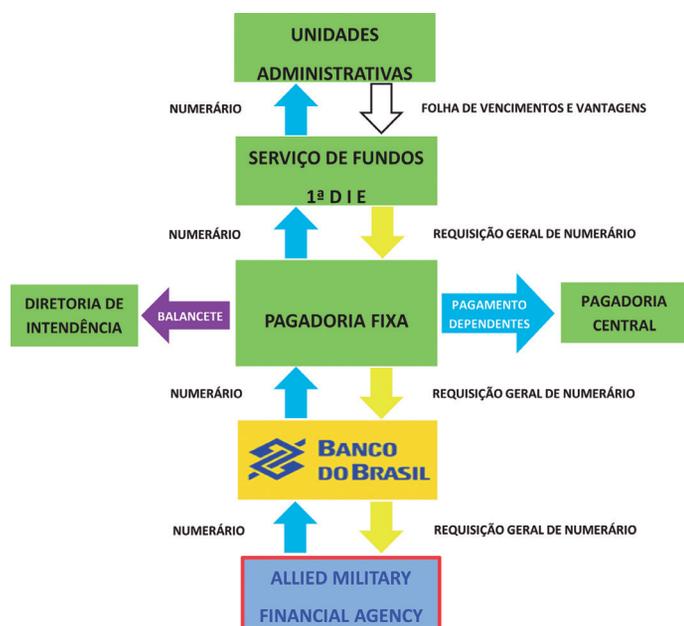


Figura 4 – *Modus Operandi* “Serviço de Fundos – Pagadoria Fixa – AGEFEB”

Fonte: Elaborada pelo autor baseado no Acervo do Arquivo Histórico do Exército

O Serviço de Fundos da 1ª DIE (SF/1ªDIE) foi o único a ser ativado, pois não ocorreu o envio de mais duas divisões, inicialmente planejado. Sua missão⁵ era: receber das unidades administrativas (UA) as folhas de vencimentos e vantagens (FVV) dos militares das unidades, bem como o recolhimento do numerário não pago aos pracinhas; executar o controle prévio da contabilidade daquelas folhas de pagamento; organizar a requisição geral do numerário, destinado às FVV; entregar à Pagadoria Fixa (PF) essa requisição; receber, por essa requisição, as importâncias correspondentes às cotas fixas de vencimentos e vantagens; efetuar às UA o pagamento correspondente às cotas fixas de vencimentos e vantagens; receber das UA, para prestação de contas com a Pagadoria Fixa, as importâncias e os elementos de comprovação; e, finalmente, realizar a prestação de contas à Pagadoria Fixa.

A Pagadoria Fixa⁶ era o principal órgão de provimento de numerário para o SF/1ªDIE e seus elementos orgânicos. Tinha como missão: receber do SF/1ªDIE, do QG/FEB e seus elementos orgânicos as requisições do numerário destinado ao pagamento dos vencimentos e vantagens dos oficiais e praças; fazer o controle prévio da contabilidade dessas requisições; sacar da AGEFEB o numerário destinado ao pagamento das cotas fixas dos vencimentos e vantagens; entregar ao SF/1ªDIE, do QG/FEB e seus elementos orgânicos, mediante recibo, as segundas vias das requisições de numerários, as importâncias correspondentes às cotas fixas; remeter à Pagadoria Central, no então Distrito Federal na cidade do Rio de Janeiro, por meio cambial, a importância correspondente ao total dos descontos constantes das mesmas requisições, assim como as importâncias destinadas ao pagamento dos dependentes e credores dos expedicionários; receber do SF/1ªDIE, como prestação de contas, as importâncias de cotas fixas de vencimentos e vantagens que não tenham sido pagas por quaisquer motivos, e os elementos de comprovação, tudo devidamente discriminado em demonstração do emprego do numerário recebido; e organizar e remeter à Diretoria de Intendência do Exército, à época, o respectivo balanço mensal.

À AGEFEB, além das missões já especificadas no início deste trabalho, entre as quais se destaca a obtenção da moeda legal em circulação no TO, couberam algumas atribuições inerentes ao fato de que o Escritório Central era o único órgão militar brasileiro instalado no ponto de passagem obrigatória para oficiais, praças e civis em trânsito no sentido norte-sul e vice-versa da Península Itálica.

A embaixada e os consulados brasileiros, assim como os integrantes da Força Aérea Brasileira (FAB), valeram-se do apoio da agência, que assumiu, também, o serviço de correspondência telegráfica, tendo como base o Escritório Central, assim como elemento de ligação com o órgão norte-americano que o operava, constituindo-se em mais um ente coletor, censor e distribuidor primário dessa rápida via de

comunicação, que tanto bem proporcionou aos que a ela precisaram recorrer.

O *modus operandi* entre o SF/1ªDIE, a Pagadoria Fixa e a AGEFEB, assim como o atendimento aos pracinhas nos balcões móveis e escritórios, e as missões que a agência assumiu, no intuito de facilitar e auxiliar a todos os integrantes da FEB e aos brasileiros que se encontravam na Itália, chamaram a atenção de seu comandante.

Merece registro especial a Agência móvel, criada para atender às necessidades da Força Expedicionária Brasileira e que vem prestando assinalados serviços. É com justificado desvanecimento que divulgamos o elogio do ilustre comandante, general Mascarenhas de Moraes, consignado em boletim interno da 1ª D.I.E., de 13 de fevereiro de 1945, do qual teve a gentileza de nos enviar cópia. (REIS, 1945, p. 82)

O empenho, a dedicação e o profissionalismo dos *homens do Banco do Brasil* foram reconhecidos pelo general Mascarenhas de Moraes, ao conceder a respectiva referência elogiosa.

A organização perfeita e a instalação criteriosa da Agência do Banco do Brasil junto à Força Expedicionária Brasileira, ao lado da dedicação, espontaneidade e interesse dos seus funcionários em atender, sem distinção, a todos os nossos elementos constituem um motivo de confiança e satisfação para o Comando, que vê assegurada, assim, uma rigorosa assistência à economia de sua tropa.

Escalonada em profundidade, com o Escritório Central em Roma e dois outros em Nápoles e Pistoia, mantém estreita ligação com os diversos órgãos da F.E.B., desde Caserta às primeiras linhas, dentro da mais completa ordem e disciplina de serviço e, com eficiente método de brevidade de ação, movimentação, mensalmente, cerca de 55 milhões de liras, em depósitos e transferências.

Sem prejuízo do seu trabalho normal e, quando necessário, sem horas de repouso, presta relevantes outros serviços estranhos à sua atividade comum, como a instalação de elementos em trânsito, expedição e distribuição de telegramas etc., graças à habilidade, solícitude, capacidade e iniciativa de seu pessoal, que dá, uma prova eloquente do alto espírito de cooperação de que está possuído.

Integrado rapidamente no meio militar, vive em perfeita comunhão com os nossos oficiais, um sadio

ambiente de camaradagem e respeito mútuo, comprometido das responsabilidades e deveres da função e conquistando a admiração de todos pela correção de atitudes e lhanza de trato.

A elevada formação moral de seus integrantes, que os levou voluntariamente a se incorporarem à F.E.B., hoje é aqui traduzida pela maneira elogiosa com que se dedicam aos seus afazeres e pela inteligente propaganda que fazem das cousas do Brasil, difundindo dados sobre as suas riquezas e possibilidades.

Apresento ao coronel Gastão Luiz Detsi e seus distintos auxiliares os mais francos louvores pela cooperação que prestam ao Comando, transmito, em meu próprio nome e no dos meus comandados, as congratulações e as sinceras simpatias com que a F.E.B. acompanha a feliz atuação da Agência nos campos de guerra da Europa. (MORAIS, 1945)

O retorno ao Brasil

Em 25 de julho, os alemães capitularam na Itália. Em seguida, o Exército Vermelho conquistou Berlim, em 2 de maio, e o troar dos canhões cessou seis dias depois em todo o continente europeu. Os combates ainda continuavam no Pacífico, mas a guerra para os brasileiros havia chegado ao seu final. Estava na hora de voltar para casa. A FEB deixou o continente europeu em julho de 1945, organizada em escalões, de forma semelhante à sua partida do Brasil.

No dia 24 de maio, o coronel Detsi (gerente) e o tenente-coronel Pedro Paulo (adjunto) lançaram um Aviso normatizando as atividades financeiras a serem realizadas antes do embarque para o retorno. O manifesto abordava quatro tópicos: troca de liras por cruzeiros; depósitos em conta-corrente junto à AGEFEB; abertura de contas no Brasil; e o fundo de previdência.

A comutação de liras por cruzeiros só seria permitida em solo italiano. Não haveria assim a permuta desses valores no Brasil. Em consequência, o BB emitiu cheques a serem pagos após a chegada num prazo de 24 horas. Os depósitos em conta-corrente junto à AGEFEB seriam suspensos a partir de 1º de junho, e os saldos deveriam ser retirados até o dia 10 desse mesmo mês. Não seriam mais efetuadas transferências bancárias em virtude da exiguidade do tempo para processá-las.

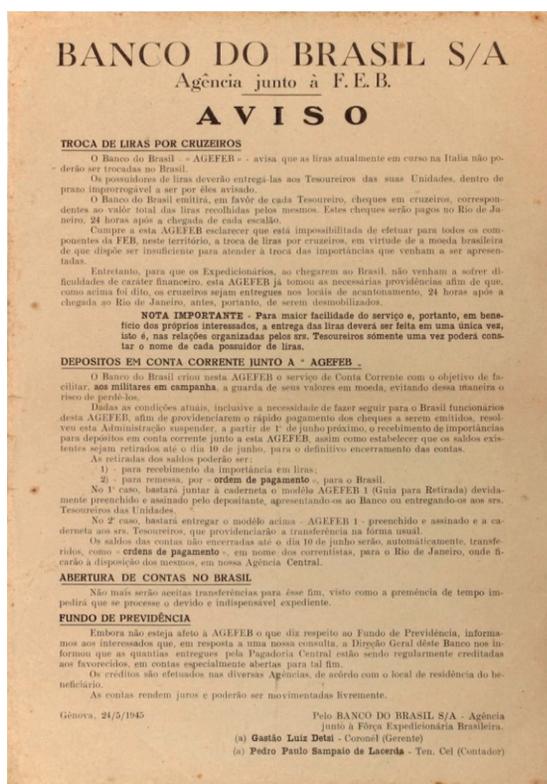


Figura 5 – Aviso

Fonte: Centro Cultural Banco do Brasil – Rio de Janeiro

A respeito do fundo de previdência, a AGEFEB informou que os créditos em poder da Pagadoria Central seriam efetuados nas diversas agências de acordo com o local de residência dos beneficiários, e que renderiam juros e poderiam ser movimentados livremente.

A agência se estruturou de forma análoga, de acordo com a necessidade do encerramento das atividades financeiras no exterior. Os *homens do Banco do Brasil* retornaram em oito oportunidades distintas, seja isoladamente, seja em grupo. Nos dois meses que antecederam ao cessar fogo, dois funcionários, individualmente, regressaram ao Rio de Janeiro; em junho, foram três; em julho, vieram quatro; em agosto, desembarcaram cinco; em setembro, chegaram seis; e, finalmente, em outubro, outros nove.

Os últimos a deixarem a Itália⁷, em 31 de outubro, foram os capitães Carlos Marques Oliveira, Romeu José dos Santos, Raymundo Mendes da Fonseca e Telmo Ramos Ribeiro e os tenentes James Swan Júnior e Luiz Toledo Sanches de Almeida.

A FEB foi desmobilizada ainda na Itália. O Aviso nº 217-185, de 6 de julho de 1945, do então Ministério da Guerra, determinou que as organizações militares da FEB ficassem subordinadas ao Comando da 1ª Região Militar, assim que desembarcassem no Distrito Federal.

A Ditadura de Vargas temia que o retorno da tropa possibilitasse a derrubada do regime instituído em 1937, o Estado Novo. Para isso, os militares estabilizados foram transferidos para diversos rincões do país, enquanto os oficiais, sargentos, cabos e soldados temporários foram sumariamente licenciados do serviço ativo. Melhor sorte tiveram os militares descomissionados da AGEFEB, que retornaram às suas funções no Banco do Brasil.

O elogio consignado pelo Gen Mascarenhas de Moraes foi registrado na fé de ofício de cada um dos ex-integrantes da AGEFEB, e todos foram condecorados com a Medalha de Guerra e a Medalha de Campanha. A *história dos homens do Banco do Brasil* está consolidada no Relatório da AGEFEB, de 10 de dezembro de 1945, que foi entregue ao presidente do BB, Marques Reis, e ao diretor de câmbio, Francisco Alves dos Santos Filho. Seu original encontra-se depositado no CCBB – Rio de Janeiro.

As histórias dos homens do Banco do Brasil

No dia 1º de julho de 1944, os 11 funcionários do Banco do Brasil se movimentavam para início de uma grande jornada. Não sabiam aonde iam, tudo era segredo. Poucas informações prestaram às famílias.

No dia 29 de junho de 1944, nós tivemos ordem para nós do Banco do Brasil já ir dando despedidas em casa. Isso, à noite, dez horas da noite. Ficamos no Banco do Brasil até as 11, 12 horas. Então chegou um caminhão do Exército, daqueles com lona em cima e encostou de traseira no banco, para a gente entrar sem ninguém da rua ver. Olha que eram 11 horas da noite, mas o sigilo era uma coisa importante. (SWAN – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 2)

O norte da África foi o destino do escalão precursor da AGEFEB. No dia seguinte, o primeiro escalão embarcava, junto com a tropa brasileira, no navio transporte General Mann. Em Argel, o Cel Detsi e os Ten

Cel Pedro Paulo e Hargreaves tomaram conhecimento de que a FEB não mais aportaria naquela cidade. O destino seria Nápoles.

Então, em face dessa situação, nos aprontamos às pressas e, com prioridade, novamente com avião militar, rumamos para Nápoles e para Caserta, que é uma cidade próxima, onde está localizado o grande quartel-general aliado, que, aliás, estava se transportando de Argel para Caserta. (HARGREAVES – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 3)

O primeiro escalão desembarcou em Nápoles e foi recepcionado pelos americanos, que os acompanharam até Bagnoli, onde estava instalado o acampamento da FEB. Ao chegar ao estacionamento, foi verificado que não havia uma bandeira brasileira hasteada no mastro principal. A partir desse momento, teve início um corre-corre em busca de um pavilhão verde e amarelo.

Então, foram perguntar ao pessoal do banco se eles tinham uma bandeira brasileira, e o nosso coronel Detzi então ofereceu para que fosse usada a bandeira brasileira levada pelo Banco do Brasil, e foi, então, essa a primeira bandeira brasileira hasteada na Itália depois do início da guerra. Foi do Banco do Brasil. (SWAN – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 4)

Nesse mesmo dia, esses 11 funcionários se apresentaram ao comandante da FEB. Nessa oportunidade, o general Mascarenhas de Moraes indagou se seria possível aos pracinhas enviarem dinheiro para o Brasil naquela data. O tenente-coronel Pedro Paulo respondeu que sim.

A função da AGEFEB só podia ser exercida com eficiência e eficácia no centro da cidade, onde se encontravam os serviços financeiros aliados e do quartel-general. Em 2 de agosto, a agência saiu de Bagnoli e ocupou uma posição mais central da cidade, iniciando seus trabalhos com a operação dos “balcões móveis”, verdadeiras agências bancárias volantes. O deslocamento da FEB para Civita Vecchia, a 70km de Roma, fez com que a AGEFEB abrisse um escritório na capital italiana, que passou a ser o Escritório Central.

Do Escritório Central saíam periodicamente os “balcões móveis”, que funcionavam junto à tropa, para efeito de receber depósitos e ordens de transferências para o Brasil, segundo as conveniências pessoais de cada interessado, oficial ou praça. (CARVALHO, 1983, p. 3)

As peculiaridades do TO e suas consequências obrigaram os funcionários da AGEFEB a se adaptarem a novos métodos de trabalho. A fim de simplificar as retiradas e depósitos dos soldados brasileiros, foi criado um sistema de saques e depósitos por meio de uma espécie de guia, que era registrada em uma caderneta.

Então bolamos esse negócio, que a tropa brasileira levou e que nenhuma outra tropa tinha, era o depósito em conta-corrente. Depósito em conta-corrente só o Brasil teve. Quer dizer, o soldado, antes de ir para a frente, depositava lá no banco e ia para a frente sem o dinheiro no bolso. (LACERDA – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 7)

Os tradicionais cheques foram abandonados, bastando ao militar apresentar a sua caderneta no escritório ou no balcão móvel. Nesse documento, era apontado o movimento de entrada e saída de numerário da conta-corrente do militar (CARVALHO, 1983).



Figura 6 – Caderneta do pracinha brasileiro
Fonte: Centro Cultural Banco do Brasil – Rio de Janeiro

O chefe de serviço da agência de Pistoia, major Leo Santos, recebeu, certa feita, uma carteira de cigarro, aberta, da marca Continental, onde se lia: “Major, peço o favor de entregar ao portador as três mil liras que eu deixei aí. Vou ter três dias de folga em Florença”. O funcionário que lhe entregou o “cheque” afirmou que não havia a assinatura do emitente. A resposta à afirmativa foi imediata.

Ué! Faz um papel de caixa. O homem vai passar três dias em Florença, está sofrendo na linha de combate. Você vai deixar que ele vá sem dinheiro? Faz um papel de caixa e no verso escreve: ‘Recebi a importância de tanto, devido ao sr. Fulano de Tal’. Colhe a assinatura e a identidade do portador e dá o dinheiro. (SANTOS – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 7)

As tarefas da AGEFEB cresceram em progressão exponencial. A agência requisitava a lira de ocupação ao *Allied Military Financial Agency*, pagava o SF/1ª DIE, que, por sua vez, efetuava o pagamento aos militares. Os pracinhas buscavam os escritórios e os balcões móveis para realizarem saques, depósitos e transferências bancárias. Por meio de ordens de pagamento, qualquer pessoa poderia remeter ao Brasil o seu dinheiro.

O nosso trabalho era constantemente grande. Mas quando chegava a época de pagamento, todo mundo queria mandar dinheiro para o Brasil. Então a coisa ficava cacete, violenta demais. Eu me lembro que, certa ocasião, eu tinha recebido duas mil e duzentas ordens de pagamento. Foi Natal. Para o Rio de Janeiro. Eu tinha três assinaturas autorizadas, mas estava em Roma. Então ficaram duas assinaturas autorizadas e cada um de nós teve que assinar duas mil e duzentas vezes o nome. (SANTOS – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 8)

O soldado brasileiro era sentimental e muito chegado à família. A preocupação sempre era com seus entes queridos. Ao chegar à agência, queria saber como estavam as coisas no Brasil. Se o núcleo familiar, a esposa e os filhos ou os pais e irmãos estavam recebendo o dinheiro em dia; se as contas estavam sendo pagas, se nada estava atrasado. E a fonte de confiança para essas informações era o Banco do Brasil.

O Banco do Brasil dizia: ‘Olha, foi entregue, no dia tanto, nas horas tantas, tal dinheiro na sua casa. Pode ficar tranquilo. E isso levantava muito o moral da tropa. Daí, a necessidade do Banco do Brasil se fazer presente. Só você ver o soldado, ver a presença do homem que estava lhe pagando, não pelo dinheiro que ele recebia lá, porque o dinheiro que ele recebia lá de nada valia, era uma lira impressa pelos americanos ali mesmo, que não tinha o que comprar com aquilo. Praticamente todo dinheiro que o soldado recebia lá, do pracinha ao general, pelo menos 80% voltava para o Brasil. (SILVEIRA – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 9)

Uma passagem interessante diz respeito às insígnias que os *homens do Banco do Brasil* usavam. O fardamento era o mesmo da FEB, mas portavam um distintivo especial que foi criado, de penas sobrepostas, que recebeu a alcunha de “peninhas”, com o emblema da parte financeira. Na manga do casaco, tinha uma tarjeta com a inscrição “BRASIL” e o dístico “BB” em destaque.



Figura 7 – 1º Ten Yvo Jacques Gros

Fonte: Disponível em: <<http://wwii.com.br/museudavitoria/1944/08/31/brasil-oficial-da-feb-banco-do-brasil-e-oficial-de-inteligencia/>>. Acesso em: 13 maio 2020

Esta situação durou algum tempo; não nos causou maior embaraço, apenas éramos solicitados a explicar por que não usávamos o emblema normal do Exército Brasileiro, até que o general Mascarenhas de Moraes resolveu, meses depois, que aquela situação devia acabar. Estávamos perfeitamente entrosados com o pessoal da FEB e, portanto, por portaria nos foi autorizado a que usássemos os emblemas normais do Exército. (HARGREAVES – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 10)

Não foram apenas as “peninhas” que foram substituídas nas fardas dos integrantes da AGEFEB. Em determinado momento da guerra, toda a FEB permutou o distintivo de braço original pelo da “cobra fumando”,⁸ o que identifica, até hoje, aqueles que lutaram na Itália.

A mudança ocorreu da seguinte forma: o general Mark Clark, comandante do 5º Exército, comentou com o general Mascarenhas de Moraes que a FEB era a única tropa sob o seu comando que não possuía um

brasão de ombro. Sabedor da lenda da “cobra fumando”, Mascarenhas de Moraes achou interessante esse motivo para distinguir a força brasileira.



Figura 8 – Distintivo da FEB a partir de julho de 1944
Fonte: Centro Cultural Casa da FEB. Disponível em: <<http://www.portalfeb.com.br/>> Acesso em: 13 maio 2020

A arte era representada por um octógono vermelho, tendo, no seu interior, uma serpente na cor verde, sobre um fundo amarelo. Na parte superior, a inscrição “BRASIL” na cor branca, inserida em uma faixa azul. A cobra fumava um cachimbo, que transmitia mais agressividade, na lenda já criada. O comando superior apreciou o distintivo, pois, casualmente, as cores brasileiras (verde e amarela) e as estadunidenses (vermelha e azul) estavam irmanadas.⁹

Após as vitórias de Monte Castelo e Montese, os combates se sucediam diante de um inimigo aguerrido e disposto a vender caro cada elevação tomada pela força das armas do soldado brasileiro. Embora a AGEFEB não participasse das batalhas, seus funcionários corriam riscos em virtude dos bombardeios e dos fascistas que ainda existiam na cidade de Pistoia.

Houve, de fato, uma ocasião em que nós vimos a guerra um bocadinho mais de perto. Não! Já víamos de perto quando corríamos no balcão móvel dos PCs de companhia que é zona de combate. Mas aí nós vimos que nós tínhamos que tomar atitude. Foi quando recebemos um aviso de que os alemães tinham conseguido meter uma cunha em Luca e estavam avançando e

podiam cercar Pistoia. Então, avisaram-nos para queimar o dinheiro. É uma coisa um pouco complicada queimar dinheiro que está amontoado em caixotes, mas nós providenciamos. Havia umas lareiras... nós providenciamos acender bem o fogo das lareiras e esperamos. Mas felizmente não houve nada. (SANTOS – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 29)

Algumas situações adversas foram superadas pelo tão conhecido “jeitinho brasileiro”. Não era à toa que se falava da maneira desmanivada do pessoal da AGEFEB, quando alguns afirmavam que, procurando bem, achavam-se, além de bancários, até quem celebrasse o Santo Ofício.

Na travessia do Atlântico, havia um soldado acometido por pneumonia. O médico afirmou que ele não veria o dia seguinte, e aconselhou a chamar o capelão para lhe dar a extrema-unção, também chamada de unção dos enfermos. Na embarcação havia mais de cinco mil militares. Não havia como identificar, facilmente, um padre. Nesse momento, o tenente Swan tomou a decisão de ele mesmo ungir o soldado.

Nas palavras de Swan (1985, p. 6): eu sou católico, mas não sou muito, não conheço muito o ritual da Igreja, mas, com toda a sinceridade, eu fiz o que pude e dei a extrema-unção a esse nosso pracinha.

O mais interessante dessa história é que, oito meses depois, em Pistoia, o tenente Swan cruzou com o unguido. Ele não morrera e o oficial não soube dizer se a unção dos enfermos que ele aplicara era válida ou não.

No Natal de 1944, o major Leo Santos retornava, à noite, de um hospital americano que distava de quatro a cinco quilômetros de Pistoia. Estava sozinho, pois havia liberado seus oficiais para uma licença de dois dias em Florença. Seus pensamentos interagiram.

... confesso que o medinho vai; a gente voltar naquela escuridão, numa cidade em que se noticiava, de vez em quando, ataques de fascistas à tropa. A gente volta de pistola na mão e com a lanterna na outra mão; qualquer pessoa que se aproxima é lanterna na cara e a pistola bem visível. Mas cheguei. Não houve nada, graças a Deus. (SANTOS – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 16)

A guerra havia chegado ao seu fim. A FEB se preparava para voltar para casa. Iniciava-se a escrituração, a contabilidade e a resultante de tudo que se fizera durante quase dois anos. A grandiosidade do trabalho é

revelada pelos números apresentados. Mais de 25.000 homens e mulheres da tropa brasileira possuíam conta-corrente na AGEFEB. Foram emitidas mais de 52.000 ordens de pagamento para o Brasil. Sobre esse fato, referiu-se um dos oficiais superiores.

É importante assinalar que todo esse serviço que foi feito lá na Itália não podia ter tido resultado se não contássemos também com a colaboração do pessoal daqui, o pessoal que ficou, de todas as agências onde batia uma ordem de pagamento nossa, emitida lá pelo pracinha ou um oficial, era imediatamente executada aqui. (HARGREAVES – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 17)

Assim como foi feito no dia em que o primeiro escalão aportou em Nápoles e todos foram obrigados a converter o cruzeiro ou qualquer moeda internacional em liras de ocupação, chegara o momento de reconverter todo esse numerário. Milhares de cheques foram emitidos para serem pagos no Brasil.

Na hora da partida, então, os elementos da FEB queriam trocar suas liras, liras de ocupação. Muito bem. Mas nós não dispúnhamos de moeda equivalente de curso internacional para atender a todos. Então procedeu-se à emissão de cheques e cada um, imediatamente, ao chegar ao Brasil, iria receber em qualquer lugar. E foi feito assim. (HARGREAVES – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 18)

Há várias falas interessantes dos *homens do Banco do Brasil*. Destaca-se, agora, a seguinte, que apresenta o cumprimento de uma *missão exógena* às tarefas da AGEFEB, conforme afirmou o general Mascarenhas de Moraes. Ela transmite, também, o carinho do povo italiano ao pracinha e, por extensão, à nação brasileira.

Um funcionário do Escritório Central recebeu a tarefa de levar um pacote a um convento nas cercanias de Roma. A encomenda era direcionada a uma das freiras que lá habitava. Ao cumprir a tarefa, esse militar travou o seguinte diálogo com a religiosa que o atendeu:

Um momentinho, nós queríamos perguntar se o senhor é católico e se o senhor gostaria de visitar a nossa Igreja, aqui ao lado. Eu digo: Com muito prazer, gostaria. – Porque nós queríamos prestar uma homenagem ao senhor, à sua família, ao Brasil. Bom... então rumei, fui lá na porta ao lado, da capela e sentei, tranqüilo, nem parecia que tinha guerra lá dentro. Fi-

quei esperando um pouco. Depois, eu comecei a sentir como se fossem vozes, sentir presenças... e eram pessoas que chegavam lá em cima, através daquela treliça. Eram essas freiras. E foi realmente emocionante porque, daqui a pouco, elas começaram a cantar. E é um negócio tão inesperado e aquilo era uma homenagem que elas estavam me prestando e ao Brasil, evidentemente. Foi realmente uma coisa que a gente sente uma certa comoção, mesmo quando se lembra quarenta anos depois. (HARGREAVES – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 13)

No momento da reconversão das AM Lira, houve a suspeita de que alguns pracinhas poderiam ter cometido algum ilícito, como o câmbio negro. Em função disso, o comandante da FEB determinou em boletim a ordem de que ninguém poderia levar para o Brasil um numerário maior do que recebeu no TO italiano.

... procuramos o melhor possível atender, e evitar que importâncias de vulto fossem transferidas. Eu creio que não houve isso porque, pelo menos, no que coube ao Banco do Brasil verificar e fiscalizar, nunca deparamos com qualquer caso desses. (HARGREAVES – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 18)

Conclusão

O Brasil não estava preparado para enviar uma tropa expedicionária para lutar além-mar. Getúlio Vargas, desejoso de projetar poder e por almejar estar ao lado dos Estados Unidos, decretou a mobilização nacional.

Concebida para ser uma força expedicionária a três divisões de infantaria, não alcançou esse intuito, em virtude de óbices internos, seja de pessoal, seja de material. Composta apenas pela 1ª DIE e OND, levou uma instituição bancária, criada, especificamente, para apoiar a tropa brasileira.

A AGEFEB foi obrigada a se desdobrar em três escritórios para atender convenientemente os pracinhas. Escalonada com as vagas de chegada da tropa brasileira à Itália, pôde suprir a sua necessidade de pessoal especializado em administração contábil. Se houvesse mais duas divisões de infantaria, conforme planejado, haveria necessidade de mais duas agências, seja pelo efetivo, que triplicaria, seja pelo acréscimo de mais duas zonas de ação, que aumentaria a largura da frente de atuação do BB.

A criação dos balcões móveis foi uma alternativa, tipicamente brasileira, que proporcionou segurança e pronto atendimento aos anseios da organização militar e, especialmente, a seus soldados.

A implantação da caderneta proporcionou aos pracinhas a facilidade de utilizar as contas-correntes, sem grandes burocracias, assim como as transferências bancárias realizadas, a fim de suprir as famílias no Brasil, com a moeda nacional.

O *modus operandi* da AGEFEB garantiu que não houvesse solução de continuidade na permuta de requisição do numerário pela pagadoria fixa em contrapartida ao numerário fornecido pela *Allied Military Financial Agency*.

A perfeita interação dos *homens do Banco do Brasil*, comissionados em postos e graduações, levou o general Mascarenhas e Morais a outorgar-lhes o uso das insígnias do Exército Brasileiro, em substituição às chamadas “peninhas”, aumentando o espírito de corpo da FEB.

A disponibilidade desses militares comissionados em não ficarem restritos apenas a seus afazeres bancários, mas, sim, em auxiliar a todos, seja na entrega de correspondências, seja em apoiar aqueles que chegavam e saíam de Nápoles, aumentava o amálgama que os unia a tropa.

A AGEFEB, ao desembarcar na Capital Federal, já estava desmobilizada. Os 29 funcionários regressaram à vida civil, ocupando suas funções nas agências a que pertenciam. O destino não sorriu aos pracinhas, como a seus companheiros do BB. Na prática, todos os com-

batentes foram abandonados à própria sorte pelo ditador Getúlio Vargas.

Os depoimentos colhidos pelo Centro Cultural Banco do Brasil demonstram as afirmações citadas. Importante destacar o apoio “religioso” ao pracinha na travessia do Atlântico; a brasilidade em ceder o Pavilhão Nacional para ser hasteado pela primeira vez em solo italiano; o trabalho desburocratizado em atender as demandas do pracinha, quando em dispensa da frente de combate; o obséquio em ser portador de encomenda, como no caso do convento; a disponibilidade em agilizar as transferências bancárias, mesmo aquelas no dia de Natal; e outras que não se encontram neste artigo justificam o elogio do comandante da FEB e as honrarias concedidas a esses verdadeiros soldados.

Que estas linhas descortinem não só para a Força Terrestre, mas, sobretudo, para a Nação Brasileira, o trabalho abnegado dos *homens do Banco do Brasil*, que lutaram ao lado dos pracinhas nos campos da Itália.

Mais terras que percorra, o Banco do Brasil não se contenta com os caminhos já trilhados. Pioneiro por vocação, foi a única instituição bancária presente no “front” da Segunda Guerra. Sua missão de banco social o leva hoje aos mais distantes recantos do Brasil, na linha de frente da dura luta pelo desenvolvimento do país. O espírito de serviço, que animava o grupo da AGEFEB, continua uma exigência dos nossos dias. E o Banco do Brasil tem mostrado, com sua história, que este espírito será sempre sua divisa e sua riqueza maior. (HARGREAVES – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 29) 

Referências

BRAGA, Rubem. Os homens do Banco do Brasil. **Revista O Cruzeiro do Sul**, fev 1945.

BRANCO, Manoel Thomaz Castelo. **O Brasil na II Guerra Mundial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960.

BRASIL. Relatório do Serviço de Fundos da 1ª DIE, nov 1945.

BRASIL. Relatório da Pagadoria Fixa, nov 1945.

CAMPOS, Aguinaldo José Sena. **Com a FEB na Itália**: Páginas do meu diário, 1970, p. 95-96.

CARVALHO, Rafael. **A Contribuição do Banco do Brasil à FEB**. Revista da Associação dos Antigos Funcionários do Banco do Brasil (AAFBB), nº 32/05 – maio 1983.

Centro Cultural Casa da FEB. Disponível em: <<http://www.portalfeb.com.br/>> Acesso em: 13 maio 2020.

COSTA, Alexandre José Matos. **Dinheiro na Segunda Guerra Mundial**: obrigações de guerra e cédulas militares. Revista Numismática e Medalhística, 2184-28761, 2018.

DEPOIMENTOS AGEFEB. Transcrição oficial de vídeo de depoimentos dos funcionários AGEFEB. Registro nº 6.441. Museu da Imagem e do Som do Banco do Brasil. Centro Cultural Banco do Brasil, 1985.

HARGREAVES, Charles Pullen. **O Banco do Brasil na FEB**. Revista do Exército Brasileiro, v. 120, nº 4, out/dez 1983.

MENDONÇA, Manoel Messias de. **Relatório das Atividades da Pagadoria Fixa**. nov 1945. Arquivo Histórico do Exército.

MORAIS, João Batista Mascarenhas. **Boletim Interno da 1ª D.I.E.** fev 1945. Arquivo Histórico do Exército.

MORAIS, João Batista Mascarenhas. **A FEB pelo seu Comandante**. 2. ed. Rio de Janeiro. Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, jul 1960.

Museu Casa da Moeda. Disponível em: <<https://www.museucasadamoeda.pt>> Acesso em: 13 maio 2020.

O BB na guerra. Revista do Departamento Geral de Seleção e Desenvolvimento do Pessoal do Banco do Brasil S.A. (DESED). jan/fev 1969.

OLIVEIRA, Odilon Carlos de. **Relatório do Serviço de Fundos da 1ª D.I.E.** nov 1945. Arquivo Histórico do Exército.

REIS, Marques. **Relatório do Banco do Brasil S.A.**, mar 1945.

Notas

¹ O BB na guerra. Revista do DESED, jan/fev 1969, p. 21.

² Disponível em: <<http://www.portalfeb.com.br/>> Acesso em: 13 maio 2020.

³ Disponível em: <<https://www.museucasadamoeda.pt>> Acesso em: 13 maio 2020.

⁴ Disponível em: <<https://www.museucasadamoeda.pt>> Acesso em: 13 maio 2020.

⁵ Relatório do Serviço de Fundos da 1ª DIE, nov 1945.

⁶ Relatório da Pagadoria Fixa, nov 1945.

⁷ Revista do DESED, 1969.

⁸ Disponível em: <<http://www.portalfeb.com.br/>> Acesso em: 13 maio 2020.

⁹ CAMPOS, Aguinaldo José Sena. **Com a FEB na Itália**: Páginas do meu diário.